

# Superior Tribunal de Justiça

## HABEAS CORPUS Nº 537.909 - SP (2019/0300372-9)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : RODRIGO VITAL E OUTROS  
**ADVOGADOS** : PAULO MARZOLA NETO - SP082554  
RODRIGO VITAL - SP233482  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : GUSTAVO JUNIO VALERIO MACHADO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GUSTAVO JUNIO VALERIO MACHADO - preso cautelarmente por suposta infração aos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006 - contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2137582-47.2019.8.26.0000).

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, não estarem presentes os requisitos autorizadores da medida constritiva cautelar previstos do art. 312 do CPP, ressaltando que o réu sequer estava no veículo abordado pelos policiais e que o corréu assumiu a propriedade do entorpecente e afirmou que não conhecia o ora paciente.

Sustenta, ainda, que o fato de o paciente ter saído recentemente da cadeia não constitui fundamento suficiente para a aplicação da medida extrema.

Defende ser suficiente, no caso, a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Sublinha que o paciente possui residência fixa, ocupação lícita e família constituída, inclusive, com uma filha de 5 anos.

Diante disso, requer a revogação da prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, a sua substituição por medidas cautelares alternativas.

# Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a sustentada falta de fundamentação do decreto prisional.

Isso porque, em princípio, o *decisum* impugnado encontra suporte na jurisprudência desta Corte, segundo a qual, "*prisão fundamentada na qualidade e quantidade da droga apreendida [é] motivação considerada idônea para a manutenção da segregação de natureza cautelar*" (AgRg no HC n. 323.444/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 23/6/2015, DJe 4/8/2015).

Além disso, o decreto prisional está amparado pela "*necessidade da segregação cautelar para a garantia da ordem pública, a fim de evitar a reiteração delitiva*" (HC n. 313.227/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 12/5/2015, DJe 18/5/2015).

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais

# *Superior Tribunal de Justiça*

constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília/DF, 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

